

Constituinte não será intimidada, diz Ulysses

Bresser será ouvido sobre a tributação

O ministro Bresser Pereira, da Fazenda, tem encontro marcado nesta terça-feira com os presidentes da Assembleia Constituinte e da Comissão de Sistematização, deputados Ulysses Guimarães e Bernardo Cabral, para discutir a reforma tributária promovida pelo projeto de Constituinte apresentado na semana passada por Cabral.

Também estarão no encontro os constituintes que tiveram participação mais intensa na elaboração do capítulo tributário da proposta, como os deputados Francisco Dornelles (PFL-RJ) e José Serra (PMDB-SP), respectivamente, presidente e relator da Comissão do Sistema Tributário, orçamento e finanças da Constituinte, as lideranças do PMDB e do PFL e outros parlamentares que serão convidados pelos líderes. Eles vão ouvir o ministro da Fazenda dizer que a União não poderá suportar a transferência de recursos para os estados e municípios prevista no projeto.

Os assessores mais próximos do ministro são muito cuidadosos ao falar do assunto, para não dar margem a acusações de que o Executivo estaria pressionando a Assembleia Constituinte. Eles dizem que Bresser vai se limitar a mostrar aos constituintes, na reunião de terça-feira, os efeitos sobre a economia da nova divisão do bolo tributário que consta do projeto, e as saídas que o Governo Federal teria para recompor suas receitas, e esperar que os constituintes pensem sobre o assunto.

Falência
Mas entre os técnicos da Fazenda que trabalharam no acompanhamento da Constituinte até agora, não há meias palavras. Um desastre, a falência da União, são os termos que usam para definir o projeto de reforma tributária da Constituinte. A Secretaria da Receita Federal preparou uma análise detalhada do efeito das transferências de recursos para os estados e municípios, na qual a saída para a União é exposta com todas as letras — um violento aumento de impostos.

Mesmo assim, diz a receita, não seria viável recompor totalmente a perda tributária da União. A proposta da Constituinte deixa à União apenas dois impostos rentáveis, o imposto de renda e o imposto sobre produtos industrializados, retirando da competência federal a cobrança dos impostos únicos sobre energia, minerais, e combustíveis e lubrificantes, além dos impostos sobre serviços de comunicação e transportes. Todos esses tributos são incorporados a um imposto sobre circulação de mercadorias e serviços, de competência estadual.

Arrecadação
O resultado de todas essas mudanças, segundo a Receita, é um incremento de 26% nas transferências, correspondente a Cz\$ 158,068 bilhões, sobre os números estimados para 87. De uma arrecadação líquida prevista de Cz\$ 889,374 bilhões, a União, pela nova partilha, ficaria com Cz\$ 462,539 bilhões, contra Cz\$ 620,607 bilhões pelo sistema vigente.

Para a Receita Federal, restaria à União cortar incentivos fiscais e aumentar a carga do IR e do IPI, como forma de recuperar as perdas. Mas os percentuais de aumento necessários seriam inviáveis — no caso do IR, 76% a mais na arrecadação total. No caso do IPI, a receita líquida teria que aumentar de 315 bilhões (estimativa de 87) para Cz\$ 674 bilhões, o que teria sérias repercussões sobre os preços e a inflação.

Para Covas, texto é bom e ficará melhor

Curitiba — O senador Mário Covas defendeu ontem em Curitiba o esboço de Constituição apresentado pelo relator Bernardo Cabral, garantindo que "o projeto apresentado é muito melhor do que o primeiro e será ainda melhor depois das discussões que estão sendo levadas no momento".

Covas participou, em Curitiba, de um encontro regional do PMDB e foi muito aplaudido em suas intervenções. A imprensa, disse que recebeu com naturalidade as críticas do ministro Leônidas Pires Gonçalves, que, para o senador, "merecem a mesma consideração de tantas outras sobre diferentes aspectos do esboço apresentado pelo relator". Covas, esclareceu, no entanto, que "ninguém pode exigir que o apoio dado ao Governo se reflita na Constituinte, porque a Constituição é permanente".

As discordâncias, segundo o senador, são normais e manifestaram-se nos mais diferentes aspectos do novo texto: "Não é verdade que todos estão contra todo o texto: o mais exato é dizer que as opiniões divergem sobre diferentes artigos, o que é natural".

Covas também considera natural que existam manifestações de descontentamento no PMDB: "Os grupos que estão anunciando seu afastamento do partido não acreditam mais que o PMDB possa cumprir seus compromissos históricos. Eu ainda acredito que pode".



Ulysses falou à imprensa ao deixar o Alvorada e voltou a defender o presidencialismo

Consenso garante 14 inovações no futuro texto constitucional

Bilau Pereira

O Projeto de Constituição apresentado quinta-feira pelo relator, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), traz em seu texto pelo menos 34 pontos que podem ser considerados novos dentro da Constituinte. Embora as questões essenciais como o parlamentarismo, a anistia, a reforma agrária, o conceito de empresa nacional e o mandato do presidente Sarney continuem sendo objetos de divergências dentro das lideranças partidárias, pelo menos 14 desses pontos novos provavelmente constarão da nova Carta do País.

Ouvidos sobre as 34 teses, lideranças de cinco partidos políticos — PMDB, PTB, PT, PC do B e PDT, — ideologicamente divergentes, são favoráveis a 14 deles e são unânimes em rejeitar dois dos pontos polêmicos tal qual propostos no projeto de Cabral: a anistia e o voto distrital misto.

Entre os pontos de consenso estão a ampla liberdade de asso-

ciação, sem a exigência de autorização estatal para sua fundação, o pagamento de aposentadoria nunca inferior ao salário mínimo; o direito de creches para os filhos de zero a seis anos, no capítulo dos direitos dos trabalhadores. No Poder Judiciário os líderes são favoráveis à criação do Defensor do Povo, inspirado na Constituição sueca, com mandato de quatro anos e com competência para apurar abusos e omissões de qualquer autoridade, indicando as medidas necessárias à sua correção e punição dos responsáveis. Eles aprovam a criação do Conselho Nacional de Justiça, incumbido do controle externo do Poder Judiciário, dando mais autonomia àquele Poder e a criação dos juizados especiais de pequenas causas e da Justiça da Paz, especializada em celebrar casamentos e com atribuições conciliadoras. Eles são favoráveis, ainda, à estatização dos cartórios forenses.

Todos concordam com o artigo que coloca toda a atividade nuclear

dependente de prévia autorização do Congresso Nacional, mas alguns fazem ressalvas, quanto à necessidade de se ouvir o Congresso quando se tratar de simples pesquisa. Os cinco constituintes são ainda quase unânimes em aprovar a proibição da propaganda comercial de medicamentos, formas de tratamento de saúde, tabaco, bebidas alcoólicas e agrotóxicos, e são, ainda, favoráveis a que se aplique sanções penais para quem violar o meio ambiente.

O Projeto de Cabral encontra apoio também no seu Artigo 232, que restringe às empresas nacionais a concessão para exploração de energia hidráulica e pesquisa de recursos e jazidas minerais. O artigo prevê ainda a obrigatoriedade de consulta prévia aos índios, quando se tratar de exploração de minérios em terras indígenas. Os parlamentares querem a aprovação do artigo nas Disposições transitórias, que fixa em cinco anos o prazo para a União demarcar as terras indígenas conhecidas.

Só votação acaba divergências

Depois de mais de seis meses de trabalho e três anteprojetos de Constituição, 12 temas ainda resistem ao consenso entre os 12 partidos na Constituinte. A previsão é que os pontos polêmicos somente deverão ser decididos pelo voto do plenário. A exceção da proposta de sistema de governo — presidencialismo ou parlamentarismo — as demais questões ganham uma conotação ideológica, onde a grande maioria de parlamentares de centro deve se aliar ora com a esquerda, ora com a direita.

Sistema de Governo: Tema que mais divide os constituintes. Até entre os blocos partidários, como o Movimento Unidade Progressista do PMDB, há divisões entre os presidencialistas e parlamentaristas. É certo, porém, que partidos de esquerda, como o PDT e o PT, defensores do presidencialismo, terão como aliados na hora do voto a cúpula do PMDB e do PFL, que, também como o presidente José Sarney, são contra o parlamentarismo.

Reforma Agrária: A divisão aqui é ideológica, entre esquerda e direita. Enquanto os conservadores tentam por todos os meios inviabilizar a reforma agrária, os progressistas lutam pela imissão imediata da posse de terras desapropriadas. O substitutivo do deputado Bernardo Cabral prevê a concessão, pela Justiça, da imissão em 90 dias e o pagamento da indenização somente seria feito em dinheiro quando ficasse comprovada que a desapropriação incidisse sobre propriedades com comprovada função social.

Empresa Nacional: Também neste ponto as esquerdas obtiveram um avanço em relação aos textos anteriores. O relator definiu a empresa nacional — cujo controle decisório e de capital esteja, em caráter per-

manente, sob o controle de pessoas físicas domiciliadas no País ou por entidade de direito público — e a empresa nacional de capital estrangeiro.

Estabilidade no emprego: A proposta fez parte do texto anterior elaborado pelo relator, mas ficou fora da versão atual. E também caíram as 40 horas semanais. Isto representou um retrocesso para os progressistas, que deverão apresentar emendas na tentativa de incluir os dois dispositivos no anteprojeto de Constituição. O substitutivo proíbe a demissão imotivada ou sem justa causa.

Aposentadoria: A maior crítica do líder do PT, deputado Luís Inácio Lula da Silva, ao substitutivo refere-se à idade-limite da aposentadoria do homem e da mulher aos 35 e 30 anos de serviço. Somente se aposentarão se atingidos os 48 e 55 anos de idade, respectivamente.

Papel das Forças Armadas: O anteprojeto de Constituição prevê que as Forças Armadas terão a missão da defesa do País e a garantia dos poderes e da ordem constitucionais. Segundo o líder do PC do B, deputado Haroldo Lima, seu partido voltará a defender a emenda que restringe o papel das Forças Armadas à defesa da Pátria de agressão do exterior. A seu ver, o substitutivo ainda contempla a defesa interna pelos militares.

Conselho de Comunicação: A concessão de canais de rádio e televisão será de iniciativa do Executivo, sob a supervisão do Legislativo, cabendo ainda ao Judiciário decidir sobre a cassação de concessões ou recursos contra novas solicitações, segundo o anteprojeto de Constituição. A corrente progressista vai defender que a concessão seja decidida originariamente pelo Congresso Nacional.

Voto Distrital Misto: O can-

didato poderá ser eleito pelo voto distrital ou pelo proporcional. Segundo as esquerdas, isso só beneficiaria o poder econômico, resultando na extinção dos pequenos partidos e na não-eleição dos candidatos progressistas.

Mandato Presidencial: Enquanto os moderados defendem um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, a ala progressista na Constituinte, capitaneada pelo líder do PMDB, senador Mário Covas, quer eleger o futuro presidente já em 1988.

Seguridade Social: O anteprojeto suprimiu o dispositivo que previa a extinção do Sesi, Sesc, Senai e Senac. Para os progressistas, deve haver uma alteração na administração destes órgãos, para que os trabalhadores possam participar da gerência dos mesmos. Os conservadores defendem que apenas os empresários continuem a administrar as entidades.

Poder Judiciário: Segundo o substitutivo do relator, o Supremo Tribunal Federal teria acrescido, às suas funções atuais, o encargo de corte constitucional. Os partidos de esquerda defendem a criação de um Tribunal Constitucional exclusivo, com a manutenção do atual STF. Já os conservadores tendem a defender a decisão adotada por Bernardo Cabral.

Anistia: O tema tem provocado vários pronunciamentos de ministros militares contra a reintegração e pagamento de indenizações aos oficiais e praças punidos por motivação política. O substitutivo de deputado Bernardo Cabral limita a anistia aos servidores civis e militares atingidos por atos institucionais e complementares, mesmo assim sem contemplar, a reintegração, as indenizações devidas. Com isso, 1.509 marinheiros expulsos das Forças Armadas em 1964 continuarão excluídos da anistia.

"A Assembleia Nacional Constituinte é livre, independente e não será intimidada, não será subjugada por nenhuma força". A afirmação foi feita ontem pelo presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, após reunião, pela manhã, com o presidente José Sarney, no Palácio da Alvorada.



Ulysses admitiu que existem imperfeições no substitutivo do deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização, "mas isso é natural, tratando-se de assunto tão amplo, difícil e complexo".

Sobre as declarações do ministro Leônidas Pires Gonçalves, do Exército, de que o projeto de Constituição é inaceitável e reflete o pensamento de minorias organizadas, Ulysses considerou que o general não falou em nome do Presidente da República: "O Presidente não precisa de interlocutores; não precisa de um porta-voz, porque ele já tem um". Ulysses entende que a manifestação do ministro insere-se no contexto de uma reunião realizada para que cada um dos membros do ministério externasse suas opiniões. "Não creio que ele o tenha feito para intimidar os constituintes".

Rotina

Ao se referir às manifestações de parlamentares às declarações do general Leônidas, Ulysses consi-

derou-as como "rotina do Congresso". O deputado observa que as manifestações ocorreram como acontece com relação a qualquer tema mais importante. "Sempre há reações", lembra.

Quanto às reações do Planalto ao substitutivo de Bernardo Cabral, Ulysses assegura que a perfeição "não é peculiar à pessoa humana. Todos querem colaborar com o relator para que o substitutivo seja melhorado. O presidente Sarney, como qualquer brasileiro ou entidade, tem observações a respeito do projeto". Ulysses disse que na conversa com o Presidente foram abordados vários pontos do substitutivo, entre eles a questão tributária, principalmente na parte referente à transferência de recursos da União aos estados e municípios. Foi discutida a questão do sistema de governo, quando Ulysses reiterou sua posição favorável à manutenção do presidencialismo, desde que co-exista "com um parlamento forte e com poderes fiscalizadores bem definidos".

Ulysses afirmou que a Nação já conhece a posição do Presidente da República também favorável ao presidencialismo, "mas isso não significa que o conhecimento dessa posição justifique pressões sobre a Constituinte. É claro que o Presidente tem seus pontos de vista, mas a Constituinte vai decidir livremente", assegurou.

Ulysses disse ainda ter tratado com Sarney também sobre questões específicas dos estados, sobre problemas de administração e sobre o desenvolvimento do Plano Bresser.

Quércia é o preferido em pesquisa popular

O governador de São Paulo, Orestes Quércia, é o mais popular em todo o País, de acordo com pesquisa realizada pelo Gallup, entre julho e agosto, em 20 estados, e divulgada ontem por iniciativa do Palácio do Planalto. Quércia, segundo os quadros apresentados pelo porta-voz da Presidência da República, Antônio Frota Neto, foi o governador que mais apareceu em todas as regiões, como resposta à pergunta: "O senhor admira alguns desses governadores?"

Segundo a pesquisa do Gallup, o governador de São Paulo foi indicado em 31% dos questionários, nacionalmente, seguido de Moreira Franco, do Rio de Janeiro, que apareceu em 18%. Depois, vêm Fernando Collor, de Alagoas (15%) e Miguel Arraes, de Pernambuco (13%). Pedro Simon, governador do Rio Grande do Sul, em termos nacionais ficou com 10% enquanto Alvaro Dias, do Paraná, teve 9% e os governadores da Bahia, Waldir Pires, e de Minas Gerais, Newton Cardoso, empataram com 7%.

Quércia lidera a preferência em

todas as regiões, segundo o Gallup. No Sul, é seguido de Alvaro Dias e Pedro Simon. No Sudeste, depois dele os mais citados foram Moreira Franco e Fernando Collor. No Nordeste, abaixo do governador de São Paulo estão Collor, Arraes e Moreira Franco. No Norte e Centro-Oeste, a liderança também é de Quércia, enquanto Moreira Franco fica em segundo lugar, seguido de Miguel Arraes e de Henrique Santillo, governador de Goiás, que aparece em 19% dos questionários, enquanto o governador de São Paulo fica com 47% nos cálculos, realizados nessa região.

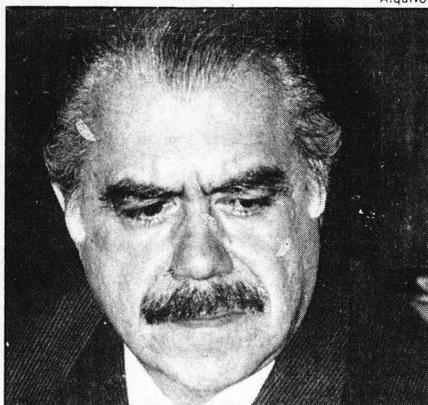
Apesar de divulgar a pesquisa, Frota Neto não quis dizer o que significa para o Governo Federal o resultado apresentado pelo Gallup. Afirmou apenas que o Palácio do Planalto estava tendo uma radiografia das relações entre a sociedade e os governadores, acrescentando que isso deve servir de orientação, uma espécie de sensor para o processo de gestão pública dos diferentes governadores.

Presidencialismo tem maioria

O Palácio do Planalto divulgou ontem outra pesquisa, também realizada pelo Gallup, entre julho e agosto, em 20 estados, onde 44% de 1.300 pessoas que sabiam o que era o presidencialismo ou o parlamentarismo preferiram o primeiro sistema de Governo, enquanto 33% foram favoráveis ao parlamentarismo.

Na verdade, o instituto aplicou 1.917 questionários, dos quais 32% nunca tinham ouvido falar nos dois sistemas de Governo e 16% não tinham opinião formada. Nessa situação, considerando a parcela para a qual o entrevistador explicou os dois sistemas, ou seja, computando as respostas de toda a população pesquisada, a preferência pelo presidencialismo caiu para 30% e pelo parlamentarismo reduziu-se para 22%.

Ao divulgar a pesquisa, ontem, o porta-voz da Presidência da República afirmou que esse resultado prova que a maioria do povo quer o presidencialismo. Desse modo, disse que a crença é de que os constituintes, que representam o povo, busquem entrar em sintonia com seu eleitorado e correntes da opinião pública.



Sarney: pressão pelo presidencialismo



Haroldo Lima: restrição às Forças Armadas